

## **Das folhas de jornal para a realidade: lutas pela terra no Sertão Carioca, pequenos lavradores e imprensa comunista (1945-1964)**

Leonardo Soares dos Santos<sup>1</sup>

Professor Adjunto do ESR/UFF

Pesquisador do NEPETS/UFF-Gesthu/UFRJ

Membro do Instituto Histórico de Jacarepaguá

### **Resumo**

Este estudo enfatiza a participação de jornais comunistas nos conflitos por terra no Sertão Carioca (antiga zona rural da cidade do Rio de Janeiro). A crescente importância daqueles eventos despertou o interesse de numerosos grupos urbanos políticos, particularmente o Partido Comunista do Brasil. O objetivo dessa pesquisa é analisar o processo histórico e social de formação dessas relações entre grupos de camponeses e os jornais comunistas no período 1945-1964.

Palavras-chave: Sertão Carioca, PCB, Conflitos Sociais.

### **Abstract**

This study emphasizes the participation of communist papers in conflicts for land in Sertão Carioca (ancient rural zone of Rio de Janeiro city). The growing importance of that events led initiatives to numerous urban political groups, particularly the Communist Party of Brazil. The objective of this research is to analyse the historical and social process of formation of the relations between groups of peasants and the communist papers, in 1945-1964.

Keywords: Sertão Carioca, PCB, Social Conflicts.

### **Introdução**

Ao noticiarem fatos relativos à luta pela terra na antiga zona rural do Rio de Janeiro, os jornais ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) procuravam ao mesmo tempo difundir uma certa visão sobre a natureza, a dinâmica e as conseqüências dessas mesmas lutas.<sup>2</sup> Mas, talvez mais

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. É autor de diversos trabalhos sobre história rural e sobre sua interface com o universo urbano. Tem vários artigos publicados em revistas especializadas no Brasil e no exterior.

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.

do que isso, esses jornais buscavam dentro dos limites de sua atuação – que não era simplesmente a de um veículo de imprensa, mas a de um verdadeiro partido político<sup>3</sup> - consolidar um certo perfil, afirmar a identidade de um ator que se buscava dar voz, na medida em que se levava “à público”, isto é, que se tornava pública as suas mazelas, demandas e reivindicações. Sancionando por meio de seus textos, imagens, manchetes e enfoques a existência de um determinado grupo social e político – os pequenos lavradores do Sertão Carioca. E atuando assim, esperavam os comunistas exercer o monopólio do direito de falar para e em nome daquela “classe expoliada do campo”. As maneiras pelas quais esse grupo político urbano, o PCB carioca, buscou exercer influência por meio de seus órgão de imprensa sobre as lutas pela terra naquela região e sobre a própria criação do principal agente daquelas lutas – eis o objeto principal do presente artigo.<sup>4</sup>



**O então Cinturão Verde do Rio de Janeiro, chamado de Sertão Carioca, encontra-se assinalado nesta Planta do Distrito Federal de 1930. Fonte: Biblioteca Nacional. Adaptado pelo autor.**

\* \* \*

<sup>3</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* – vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (especialmente pp. 35-42).

<sup>4</sup> CHAMPAGNE, Patrick. “Manifestation: la Production de l’événement politique”, In: *Actes de la Recherche*. Paris, nº 52/53, junho de 1984.

Os jornais *Tribuna Popular* (1945-47), *Imprensa Popular* (1947-58) e *Novos Rumos* (1959-1964) eram os chamados órgãos noticiosos do Partido Comunista do Brasil que circulavam no então Distrito Federal, que em 1960 se tornou o Estado da Guanabara. Na verdade tratava-se aqui de diferentes nomes que um mesmo jornal, ligado a uma mesma entidade política, foi adotando ao longo do tempo. Na primeira mudança, em 1947, tratou-se de uma estratégia jurídica para que o jornal não continuasse a sofrer sanções – inclusive a proibição de circular – devido à decretação de ilegalidade do PCB. Já na segunda vez, em 1959, a troca do nome seria fruto de condições internas do Partido, no caso, tendo a ver com a reformulação da linha programática pecebista.

Mas para que tipo de público esses jornais se voltavam? Segundo Dênis de Moraes o público-alvo dos jornais comunistas era constituído por militantes e simpatizantes, em primeiro lugar, e classes populares, em segundo.<sup>5</sup> Ainda segundo ele, este tipo de imprensa diariamente procuraria “construir uma unidade entre os desígnios do partido e as expectativas das classes subalternas”, buscando introjetar nelas a idéia de que suas doutrinas e orientações eram indispensáveis ao seu “estar-no-mundo”.<sup>6</sup> Vejamos rapidamente como o Partido procurava articular isso na prática.

No início da década de 1950, numa nota informativa intitulada “Para ser um correspondente da *Imprensa Popular*”, o jornal (e o Partido) explicitava as principais instruções que deviam ser seguidas por quem postulasse tal função: “Todas as informações devem ser redigidas com simplicidade, em um estilo claro, sem frases inúteis, sem palavras complicadas. Não omitir nenhum detalhe essencial quando se tratar de fatos importantes”.<sup>7</sup> O interessante é que tal orientação pode ser perfeitamente encontrada junto às redações dos maiores jornais comerciais, tanto os daquela época como os da atualidade.<sup>8</sup> A diferença é que no caso dos jornais comunistas a linha editorial procurava direta e explicitamente exercer uma função pedagógica. O editorial do número 1 do *Novos Rumos* é bastante emblemático: “Esperamos contribuir para a educação e o esclarecimento dos trabalhadores brasileiros, para a formação de sua consciência política”.<sup>9</sup>

Em função desse objetivo maior, a linguagem elaborada por estes jornais desenvolveria

---

<sup>5</sup> MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.p. 45.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>7</sup> *Imprensa Popular*, 12/03/1952. p. 5.

<sup>8</sup> Num manual de redação publicado em meados da década de 90, um dos jornais de maior circulação do país - O Globo, apresentava suas sugestões para a construção de um bom texto jornalístico, dentre elas destacamos as seguintes: “quanto mais profundamente a notícia afetar o dia-a-dia do leitor, mais detalhado deverá ser o texto, mais amplas as explicações e mais numerosos os exemplos” (p.21); “o texto jornalístico é feito para ser lido depressa e superficialmente, o que faz a sutileza e complexidade verdadeiros defeitos” (p.27). Outrossim, são “pecados do mau texto”: verbosidade, ambigüidade, contradição, detalhes inúteis e óbvios, etc. - GARCIA, Luiz. **O Globo**. Manual de redação e estilo. São Paulo: Globo, 1994. p.28.

<sup>9</sup> MORAES, Dênis de. op. cit., p. 70.

processos singulares de significação onde as “verdades” dos fatos são ajustadas a uma finalidade superior, conferida pelas teses e diretrizes oficializadas pelo partido em seus Congressos oficiais. Há por conta disso uma grande mistura nos jornais comunistas entre fatos e objetivos programáticos, entre notícias e teses canceladas pelo Comitê Central.

Por isso é muito importante que ao se fazer a análise das informações desse tipo de jornal se tenha em conta o programa ou o projeto que orientava a linha de ação do Partido, que podem ser encontrados nos manifestos e resoluções de seus Congressos, por exemplo. Mas há um outro ponto muito importante na determinação da linha editorial do partido, que é por sinal inteiramente desconsiderado por Dênis de Moraes.<sup>10</sup> É preciso ter um certo cuidado com a tendência de enxergamos as linhas políticas – e conseqüentemente as linhas editoriais do PCB – como resultado exclusivo da vontade e autoridade dos camaradas que encabeçavam a cúpula partidária. A meu ver, para que esse tipo de raciocínio seja aceitável, temos que adotar dois pressupostos: o primeiro tomaria o Partido como um bloco totalmente dominado pela cúpula, que por ser tão poderosa é capaz de neutralizar todo o tipo de dissensão e divergência no seu interior; suas correntes internas por conta disso não passam de marionetes controladas por dedos de ferro (termo que vem a calhar já que se tratava de um período dominado pelo stalinismo), incapazes de produzirem o mais suave tremor na estrutura partidária impregnada de dogmatismo e autoritarismo. O segundo, um equivalente externo do primeiro, imagina uma cúpula que teimasse em não ver a realidade social existente para além das paredes da sede do Partido, como se este pairasse acima das contradições e pressões do campo das forças políticas: a elaboração de sua linha política por exemplo, não sofreria o menor efeito de qualquer tipo de disputa com outro partido ou força política qualquer. Seria como se estivéssemos diante de uma organização política que atuasse numa espécie de “vazio político”, não lhe restando outra coisa senão se debater em torno das idiossincrasias e “ilusões” – impostas, é verdade – dos homens mais influentes da cúpula dirigente. Residindo aí, talvez, a principal razão para que o PCB tenha incorrido em tantos “equivocos” e “desvios” da verdadeira linha revolucionária.<sup>11</sup>

A nossa hipótese é que a realidade do PCB fosse bem outra, ou seja, partimos de pressupostos

---

<sup>10</sup> Assim o autor caracteriza o “letárgico” ambiente cultural no interior do PCB na época em que estava impregnado pelo “realismo socialista”: “Em nome de um ‘futuro radioso’, aplicaram-se diretrizes sem a mínima correspondência no quadro de forças da realidade brasileira. O mito da supremacia socialista, como valor infinitivo, imobilizou a maioria dos militantes no encantamento com as fantasias intangíveis das ‘certezas revolucionárias’, que conduziram os oprimidos a uma nova sociedade onde o sonho da liberdade pudesse se efetivar.” MORAES, Dênis. Op. cit., p. 222.

<sup>11</sup> A meu ver, essa perspectiva pode ser vista com maior nitidez nas análises que tratam da participação dos comunistas em 1935, ver por exemplo: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1991. DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

distintos. Em primeiro lugar, trabalhamos com o pressuposto de que as linhas do partido não tenham sido meros produtos da livre manipulação da cúpula partidária, mas sim expressões de uma complexa correlação de forças no interior do partido; em segundo, pensamos que tal correlação interna de forças tenha parte de sua dinâmica influenciada pelo processo de disputas e concorrências com outras forças pelo domínio do campo político.<sup>12</sup>

Feitas essas considerações, passemos agora ao exame de como isso se dava, ou seja, o ajuste entre doutrina partidária e a “verdade” dos fatos na cobertura jornalística dos conflitos pela terra no Sertão Carioca.

### **Tribuna Popular**

Foi a partir da Conferência da Mantiqueira que o PCB começou a oficializar a linha de “união nacional em torno do governo”.<sup>13</sup> Linha que será mantida mesmo depois da queda de Getúlio em 45 e perdurará pela primeira metade do mandato presidencial do General Dutra. A preocupação fundamental da liderança comunista era garantir a realização das eleições e a convocação da Assembléia Constituinte. O PCB, tentava apresentar-se como o “esteio máximo da ordem, propondo a formação de uma ampla frente nacional que reunisse todos os anti-fascistas e “patriotas sinceros”.

Na realização progressiva pacífica, dentro da lei e da ordem e da lei, de um tal programa, está sem dúvida a única saída para a grande crise política, econômica e social que atravessamos. E é por estarmos convencidos disto que, num gesto de lealdade e de superior patriotismo, estendemos a mão a todos os homens honestos, democratas e progressistas sinceros, seja qual for sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos. Só assim alcançaremos a verdadeira **união nacional** sem a qual seremos presa fácil do fascismo e dos agentes do capital estrangeiro mais reacionário que, na defesa de seus interesses, fomenta a desordem e prega a desunião, geradora do caos e da guerra civil que precisamos a todo transe evitar.<sup>14</sup>

As lutas dos trabalhadores passavam a ser tratados com sérias reservas por parte dos comunistas. Dentro desse espírito, Luiz Carlos Prestes dizia num dos seus primeiros discursos depois da anistia concedida por Getúlio Vargas que:

O Partido Comunista não deixou de apontar ao povo o caminho da ordem e da tranquilidade. Mostrava e dizia aos

---

<sup>12</sup> Baseio-me novamente em GRAMSCI, Antonio. Op. cit., vol. 3, especialmente pp. 35-42. e BOURDIEU, Pierre. “O campo político”, In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1988.

<sup>13</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os Dirigentes e a Organização”, In: *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, volume 3. São Paulo: Difel, 1986. p.408. Anita Leocádia Prestes tenta se contrapor a tese do caráter “oportunista” de tal linha, afirmando, com base em documentos oficiais do Partido produzidos desde 1937, que havia já nessa época um clara tendência da camada dirigente em consagrar aspectos dessa linha. Ler da autora - *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

<sup>14</sup> “União Nacional para a democracia e o progresso”, apud CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982. p. 4.

operários: - é preferível, companheiros, apertar a barriga, passar fome do que fazer greves e criar agitações(...).<sup>15</sup>

A solução para os problemas nacionais deveria ser buscada através de “meios pacíficos”, com a “colaboração sincera e leal de todos os verdadeiros patriotas, independentemente de categoria social, ideologias políticas e credos religiosos”.<sup>16</sup> Logicamente, esta era a orientação das entidades criadas pelo PCB em vários bairros do Sertão Carioca<sup>17</sup> como os Comitês Democráticos Progressistas e as Ligas Camponesas.

Outro aspecto a se destacar é que a cobertura promovida pelo *Tribuna Popular* sobre os problemas do Sertão Carioca era muito mais uma cobertura sobre os eventos patrocinados pelas organizações comunistas no sentido de resolver tais problemas. E era naturalmente nessas ocasiões que o jornal (e o Partido) articulava e difundia a propaganda em prol das diretrizes e estratégias formuladas de acordo com a linha de “união nacional” e do uso de “meios pacíficos” frente aos problemas sociais. Nesse sentido, a cobertura referente às iniciativas dos lavradores cariocas por meio de suas Ligas Camponesas dava especial ênfase às suas idas à Assembléia Constituinte no centro da cidade, de modo a demonstrar que os lavradores cariocas também tinham aderido à “marcha para a Democracia”.<sup>18</sup> Outro acontecimento noticiado com extrema satisfação pelo jornal e que comprovava, no seu entender, que a união de “verdadeiros patriotas” independia de ideologia política era a presença de “lavradores” e de deputados - não só do PCB como também da UDN - nas assembléias organizadas pelo Partido.

A adesão do movimento dos “lavradores” à linha política do PCB, também seria supostamente comprovada pela “entusiasmada atuação” daqueles em outros movimentos do partido. Um exemplo teria sido a organização de uma feira-livre pela Liga Camponesa de Jacarepaguá para arrecadar fundos para a Campanha Pró-Imprensa Popular. Fato que foi prontamente “aplaudido” por Pedro Coutinho Filho. Interessante notar que o jornal sempre procura convencer seus leitores de que a principal motivação para os “lavradores” participarem nesses movimentos é o fato de haver uma plena identificação de interesses entre um e outro. Tomemos o exemplar depoimento de Coutinho Filho:

Os nossos irmãos do campo revelam, assim nítida compreensão do momento em que vivemos. Os camponeses sempre viveram abandonados, sem ter a quem se queixar, mas agora vêem finalmente uma imprensa capaz de se bater por seus interesses e de servir de veículo às suas queixas e reivindicações. Portanto, eles sentem que essa imprensa também é sua

---

<sup>15</sup> idem, p. 409.

<sup>16</sup> ibidem.

<sup>17</sup> Nome pelo qual era denominada a antiga zona rural do município do Rio de Janeiro. Em minha dissertação de mestrado fiz um histórico sobre a região desde o século XIX até meados do XX. A referência completa deste trabalho se encontra ao final do texto.

<sup>18</sup> *Tribuna Popular*, 18/06/46 e 04/04/1946.

e lutam por ela, pela sua ampliação, pelo seu desenvolvimento.<sup>19</sup>

Em certos momentos, tamanho era o esforço do jornal em comprovar a suposta adesão de “todos os lavradores do Sertão Carioca” às demais causas do partido, que ele não hesitava em falsear o depoimento de alguns deles, apresentando como suas palavras que eram na verdade de autoria de membro do PCB, palavras elaboradas no decorrer de reuniões internas do Partido e divulgadas em documentos e resoluções. Vejamos o caso de Flávio Gomes “lavrador” e “filho de lavrador”. Ele, que morava e trabalhava em Jacarepaguá, teria em meados de 1946, comparecido junto com uma comissão do Comitê Democrático Progressista de Jacarepaguá à redação do *Tribuna Popular*, para prestar solidariedade a Campanha pela demissão dos chefes de polícia da cidade, os “fascistas” Pereira Lima e Imbassahy. Flávio teria aproveitado a oportunidade para “expor o seu caso”: era “posseiro” há sete anos na área em que ocupava, já tinha encaminhado documentos “por três vezes” pelos “canais competentes” de modo que sua “situação” fosse “legalizada”, mas naquele mesmo momento “apareceram” “uns senhores que se dizem proprietários das terras” que queriam expulsá-lo da terra, “ameaçando, inclusive, com a polícia”. Flávio teria argumentado que “quis dizer isso” para o jornal de modo que este visse que “nós, camponeses, vítimas constantes dos grilos e dos latifúndios, sentimos, também, de perto, como sente todo o povo, as arbitrariedades policiais...”. O depoimento do “lavrador” prossegue, na verdade tem-se a impressão que a declaração inicial era apenas um prólogo do que Flávio queria realmente dizer. Porém, as expressões e as palavras de ordem por ele utilizadas são tão parecidas com as veiculadas em editoriais do *Tribuna Popular*, que somos levados a indagar se além de “lavrador”, seria Flávio um dos redatores-chefe do referido jornal. Leiamos então as “suas” palavras:

Sabedores da chacina do largo da Carioca, das intervenções nos sindicatos, dos espancamentos e torturas dos heróicos trabalhadores da light, enfim, da série de perseguições da polícia contra homens que reivindicam pão para matar a fome de seus filhos, naturalmente ficamos surpresos e revoltados. Surpresos porque, nas vésperas do 2 de Dezembro, o gal Dutra prometera ao povo um regime democrático; e revoltados ante a crueldade com que foi tratado um povo que mandou seus melhores filhos defender a democracia na Europa. Apesar de tudo, cremos na solução pacífica. O gal. Dutra não deverá perder mais essa oportunidade de marchar com o povo. É a única solução será essa: - demitir, imediatamente os fascistas Imbassahy e Pereira Lima, antes que possam com novas medidas atentatórias às Liberdades democráticas, comprometer, mais ainda, o seu governo.<sup>20</sup>

### **Imprensa Popular**

A linha do partido mudaria radicalmente com a instauração de sua ilegalidade em 7 de maio de 1947, determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral. A repressão aos militantes e às organizações

---

<sup>19</sup> *Tribuna Popular*, 28/09/1946.

<sup>20</sup> *Tribuna Popular*, 12/06/1946.

comunistas seria assim legalmente sancionada. No Distrito Federal, a polícia fecharia imediatamente o jornais *Classe Operária* e o *Tribuna Popular*, assim como a “Liga Camponesa do DF” e vários sindicatos.<sup>21</sup> Para que continuasse tendo seu jornal em circulação, o Comitê Central utilizou um “expediente tático”, mudando o nome de *Tribuna Popular* para *Imprensa Popular*.<sup>22</sup>

Em termos políticos, a tese da solução por “meios pacíficos” dá lugar a da “luta sem tréguas” contra o capitalismo.<sup>23</sup> Conforme nos diz Leôncio Rodrigues: “O governo Dutra, que há alguns meses os comunistas se declaravam prontos a apoiar, foi classificado de ‘governo de traição nacional’, sendo uma ditadura ‘a serviço do imperialismo norte-americano’”.<sup>24</sup> Tal linha ganharia melhor formulação no “Manifesto de Agosto” de 1950. Nele o PCB expunha sua convicção de que “as contradições básicas no país – entre as forças do campo democrático e as forças do campo imperialista – só será resolvida favoravelmente às massas trabalhadoras através de lutas revolucionárias e não por uma saída parlamentar ou eleitoral”.<sup>25</sup>

Para alguns autores, como Moraes, a estratégia insurrecional adotada pelo PCB teria agravado seu isolamento em relação às massas.<sup>26</sup> Lendo alguns relatos de militantes do partido que atuavam na época notamos o quanto é ressaltada a dificuldade que tinham em fazer com que segmentos do campo aceitassem a proposta de luta armada do PCB. Um desses militantes, Lyndolpho Silva, que agia junto aos camponeses e trabalhadores rurais do Sertão Carioca, declarava que o “Manifesto de Agosto”

estava em correspondência muito grande à orientação política do Partido que era efetivamente se preparar para a tomada do poder, era a revolução para a tomada do poder [...] isso influiu de certa maneira no Partido [...] a militância do Partido teve preocupação com isso. E não aceitou, não chegou a fazer essa coisa toda ... e foi desaparecendo lentamente [...] a massa não aceitava, isso que é a verdade.<sup>27</sup>

---

<sup>21</sup> APERJ. Fundo DOPS – Série COMUNISMO: “Fechamento do Partido Comunista”. fl. 467.

<sup>22</sup> MORAES, Denis. Op. cit., p. 66.

<sup>23</sup> CARONE, Edgar. Op. cit., p. 6.

<sup>24</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. op. cit., p. 413.

<sup>25</sup> idem, p. 414.

<sup>26</sup> MORAES, Dênis de. Op. cit., p. 84.

<sup>27</sup> Apud SANCHES, Luiz Elias. *Lyndolpho Silva*. Biografia de uma militância. pp. 52-3. Diz ainda José Leandro, um militante do PCB que atuava no interior do Ceará, que tinha reunido “um bom número de camponeses e chamava eles para uma luta mais forte, no rumo da citada pelo Manifesto de Agosto. Eu dizia que nós podíamos chegar a fazer a Reforma Agrária no pulso e tomar as terras dos latifundiários pela força [...]. Ai ele (João Gomes disse “companheiro, você pode desde já me botar fora desse negócio, me tire dessa lista...”. Isto não foi só na Serra do Araripe que encontramos oposição àquela orientação que levávamos (...) Não encontramos nenhuma condição para uma luta armada”. LEANDRO, José. *Depoimento*. Fortaleza: s/ ed., 1988. pp.62-3. Nazareno Ciavatta narra de forma semelhante as dificuldades que encontrou para aplicar a linha do “Manifesto” em Ribeirão Preto: “Claramente, não aceitavam. Eles não tinham condições para isso. Eu procurava inicialmente seguir a orientação e dizia a eles que os fazendeiros não pagavam, abusavam deles, a polícia prendia, e que só mesmo fazendo uma revolução iria resolver aquele estado de coisas. Um camponês disse para mim: ‘Olha, Ciavatta, se nós não temos força para obrigar os fazendeiros a pagar os salários e cumprir as leis trabalhistas, para derrubar o governo vai ser ainda mais difícil’. Daí eu percebi que o Partido estava errado”. COSTA, Luiz Flávio Carvalho. “Prática política no campo: uma experiência da militância comunista – entrevista: Nazareno Ciavatta”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 5, novembro de 1995. p. 97.

Eram escassos os exemplos que confirmavam a viabilidade do “Manifesto de Agosto” como alternativa bem-sucedida de contestação política.<sup>28</sup> Além do que, os movimentos que se apoiavam na luta armada eram ferozmente reprimidos. Os poucos exemplos de movimentos que envolveram resistência armada e que tiveram alguma repercussão foram os que ocorreram na Linha 9 de Abril em Américo de Campos (São Paulo), em Campo Mourão (Paraná) e em Canápolis (Triângulo Mineiro). Mas o exemplo máximo dessa época - início da década de 50 - foi o levante de posseiros de Porecatú no norte do Paraná. A sua repressão contou com os esforços de diversas esferas do governo (municipal, estadual e federal), mobilizando as polícias militares e políticas não só do Paraná como de São Paulo e do Distrito Federal. É preciso, portanto, que ao considerarmos a pouca adesão ao “Manifesto” por parte da sociedade, destaquemos também o papel da repressão que se dava por diversas frentes, desde a estatal (polícia militar e política e o exército) passando pela tenaz rejeição e resistência fomentadas por aparelhos da sociedade civil (“grande” imprensa, Igreja, certos sindicatos e outros tipos de associação de classe como a Sociedade Rural Brasileira etc.).



**Lavradores de Pedra de Guaratiba com sua pequena produção de banana. Para os pecebistas de início da década de 50 eles também estavam prestes a tomar o poder com seus Exércitos de Libertação Nacional. Fonte: *Última Hora*, 1952.**

Há um outro detalhe muito importante a se destacar, embora não possamos nos estender o necessário sobre ele: é pouco provável que mesmo naquelas áreas onde tenham havido resistências armadas, o “Manifesto” tenha servido como principal fonte de inspiração. Em primeiro lugar, com

---

<sup>28</sup> MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. “Luta por terra e organizações dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60”, *In: História do Marxismo*, vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 216.

exceção talvez de Canápolis, todas as outras áreas eram consideradas como regiões de “fronteira aberta”, onde era muito comum que as pessoas andassem armados.<sup>29</sup> Em segundo, há indícios de que os levantes teriam ocorrido inicialmente sem qualquer influência de militantes do PCB, o que só teria ocorrido no momento em eles ganharam alguma repercussão. Sobre Porecatú, por exemplo, Irineu Moraes, militante comunista que lá atuaria, declara que “já tinha acontecido luta[armada] lá e o partido chegou depois”, em meados de 1950.<sup>30</sup> Ou seja, cabe indagarmos se os “camponeses” dessas áreas não teriam optado pelo recurso às armas por conta própria e – o que é mais fundamental – movido por uma lógica bem distinta daquelas que se podem encontrar nas diretrizes programáticas do PCB. Finalmente, é possível que em alguns casos os próprios militantes do partido, especialmente os advogados e os “intelectuais”, tenham recorrido a outros textos que não o do “Manifesto” para legitimar aos olhos dos “camponeses” o uso da força (entenda-se pegar na foice ou na espingarda) para defender “sua posse” contra as ameaças de despejo. Portanto, não nos parece fora de propósito que alguns deles tenham recorrido ao artigo 502 do *Código Civil*, que dispõe o seguinte: “O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se, ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo”.<sup>31</sup> Ou seja, em certos momentos, dependendo da necessidade, até os militantes comunistas tinham que recorrer ao arcabouço jurídico do “estado capitalista-feudal”, muito embora, sempre deixassem claro que o faziam por questões “estratégicas”.

---

<sup>29</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric. “Os camponeses e a política”, In: op. cit., p. 228.

<sup>30</sup> WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião. Op. cit., p. 117.

<sup>31</sup> BRASIL. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1940. p. 983. Cf. GRYNSZPAN, Mário. “Luta política, gênese de atores e reconfiguração do espaço”, In: *Tempo*, Niterói, v. 6, nº 12, dezembro/2001. pp. 123-4.



Também de Guaratiba, com esse facão na mão não é difícil imaginar as potencialidades vislumbradas pelos pecebistas cariocas em favor de uma revolução partindo do campo. Fonte: *Última Hora*, 1952. Arquivo Público de São Paulo.

No caso do Sertão Carioca, a cobertura que a imprensa comunista faz sobre os conflitos de terra no início da década de 50 faz pouquíssimas referências ao “Manifesto de Agosto”, mesmo em situações onde havia relativa possibilidade de haver resistência armada.. Assim, o *Imprensa Popular* destacava a promessa que Cirilo Ribeiro, lavrador ameaçado de despejo na Fazenda Guandu, teria feito: “Estarei de foice na mão para defender meus direitos”. O jornal ainda informava pela sua manchete que Cirilo e seus companheiros de lavoura estavam dispostos a defender “a terra com o próprio sangue”. Mas nenhuma referência era feita em relação a qualquer princípio do “Manifesto”.<sup>32</sup> O certo é que se em algumas regiões como o noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Goiás, o PCB tentava implantar por meio das ações armadas de posseiros e arrendatários as “frentes democráticas de libertação popular”, em regiões como Baixada Fluminense (Rio de Janeiro) e Sertão Carioca (Distrito Federal) as ações de resistência orientadas pelos comunistas eram articuladas com base nos textos legais. Aqui os posseiros se preocupavam em como articulariam a reivindicação do usucapião a partir do código civil.<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> *Imprensa Popular*, 11/11/53, p.8.

<sup>33</sup> MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Op. cit., p.217.



Da cana vem a força. Nesse caso, falamos do caldo dela. Cena muito comum nos canaviais da região de Guaratiba, no Sertão Carioca. Fonte: *Última Hora*, 1952. Arquivo Público de São Paulo.

Entretanto – e isso não pode passar despercebido – se há poucas referências explícitas ao “Manifesto”, a cobertura que a imprensa comunista passa a fazer a partir do início da década de 50 sobre os conflitos de terra no Sertão Carioca irá, entre outras coisas, popularizar o termo *resistência*. De certa forma, a ênfase que os comunistas dariam a esse termo servia como um dos elementos de auto-crítica aos princípios consagrados na linha da “União Nacional”.<sup>34</sup> Se nesta linha, os insistentes apelos à ordem pareciam indicar a defesa de um comportamento de classe que se pautasse pela *passividade* – até porque, segundo o PCB, o povo brasileiro já tinha mostrado que “sabe[ia] sofrer em silêncio, com altivez e resignação”<sup>35</sup> –, na linha do “Manifesto” serão consagradas noções exatamente opostas, compatíveis com o caráter *ativo* de uma orientação radicalmente voltada para a tomada do poder. Uma dessas noções será exatamente a de *resistência*, que tinha exatamente na *luta em defesa* de um direito um dos seus significados.<sup>36</sup> Porém, no caso do meio rural, ela não se dava apenas pela via das armas – embora fosse vista pela ótica do “Manifesto” como “forma superior de luta” –, como também pela organização de greves (parciais e totais), pequenos protestos e pela criação de entidades, pelas próprias “massas camponesas”, para a

---

<sup>34</sup> Nos anos imediatamente após a decretação da ilegalidade em maio de 1947, o Partido utilizava seus órgãos de imprensa para um duplo objetivo: construir progressivamente uma nova linha política e proceder a uma verdadeira devassa sobre a antiga linha por meio de uma série de “auto-críticas”. Prestes assim caracterizaria a atuação do PCB durante os “anos da legalidade”: “enveredamos pelo caminho do oportunismo e do reformismo e substituímos a luta de classes pela colaboração de classes, razão por que não podíamos ter consequência no trabalho de massas, nem organizar solidamente o proletariado, os camponeses, as mulheres e os jovens”, In: *Problemas*, agosto-setembro/1949, nº 20, p. 33.

<sup>35</sup> “União Nacional para a democracia e o progresso”, apud CARONE, Edgar. Op. cit., p. 32.

<sup>36</sup> No dicionário *resistência* significa também “defesa/Força que se opõe a outra, que não cede a outra”. E *Resistir* é “oferecer resistência; não ceder; opor-se, fazer face a; defender-se; recusar-se; não sucumbir”. In: *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.

defesa de suas reivindicações.<sup>37</sup> Para Oto Santos, quadro “camponês” do PCB, durante os anos de 1948 a 1950

Dezenas de greves de colonos de café e de assalariados agrícolas, inúmeras e combativas ações de arrendatários e meeiros, revelavam que os camponeses e trabalhadores agrícolas não estavam dispostos a aceitar passivamente a exploração a que os submetiam os latifundiários.(...)

Durante 9 meses os posseiros de Porecatu (...) resistiram ao assalto das forças mercenárias dos latifundiários e do governo, levando-as algumas vezes à derrota.<sup>38</sup>

E na ótica dos comunistas foi sob o signo da *resistência* (luta por direitos) que os “camponeses”, “sob a direção” do PCB – como insistiam em observar –, surgiram na “arena política brasileira”.<sup>39</sup> Mas é também verdade que o termo *resistência* estaria muito mais associado às ações da categoria dos “posseiros”. Isso talvez se devesse ao fato de que a luta do “posseiro”, que teimava em permanecer na terra, resistindo “com audácia e coragem” às violências e arbitrariedades de “grileiros”, que contavam com a força de capangas e da polícia, fosse a que melhor simbolizasse a luta da Nação contra o avanço cada vez maior das forças “feudais e imperialistas”, que empurrava as massas para uma situação cada vez mais “miserável” e “humilhante”. Um último ponto a se destacar, é que os comunistas procuravam equacionar num mesmo discurso a defesa da participação ativa dos “camponeses” e a necessidade dela ser “dirigida” pela “vanguarda do Partido”. Isso fica bem claro nas palavras de Oto Santos:

É necessário que os camponeses tenham ilimitada confiança em nosso Partido, mas isto deve decorrer de sua própria participação ativa nas lutas onde comprovem a justeza de nossas palavras de ordem, nossa capacidade de dirigir e de organizar, nossa abnegação à frente de suas lutas.<sup>40</sup>

E exemplos de *resistência* não teriam faltado no Sertão Carioca. Com a manchete “Resistiram ao despejo os Posseiros da Fazenda Curicica”, o *Imprensa Popular*, em 1952, apresentava uma matéria sobre o não cumprimento de uma ordem de despejo tentada pelos pretensos proprietários daquelas terras. Os “posseiros” com sua “resistência” teriam conseguido

---

<sup>37</sup> *Problemas*, agosto – setembro/ 1949, nº 20. pp.25-40.

<sup>38</sup> SANTOS, Oto. “O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses (1954)”. In: SANTOS, R. (org.). *Questão agrária e política*: autores pecebistas. Rio de Janeiro: EDUR, 1996. p. 47. No momento Jayme Fernandes desenvolve trabalho de doutorado que trata da influência do maoísmo na formulação das linhas mestres do “Manifesto de Agosto”. Importante notar que para o maoísmo a figura do “camponês” era não só o elemento central para a tomada do poder, mas também a vanguarda no projeto revolucionário do século XX. - REIS FILHO, Daniel Aarão. “O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros”, In: MORAES, João Quartim de & REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil*, vol. I. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

<sup>39</sup> idem. p. 46. Por certo, essa foi uma das razões para que logo após o golpe de 64 o governo tenha decidido proibir a imprensa de utilizar a palavra “camponês”. Outras palavras abolidas foram: “greve”, “latifundiário”, “burguesia”, “Partido Comunista”, “socialismo”, “pobre” e até “amante” – LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 53.

<sup>40</sup> SANTOS, OTO. Op. cit., p. 50.

## Revista Convergência Crítica

### Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social - NEPETS

com que o então secretário da Agricultura “promettesse” desapropriar aquelas terras.<sup>41</sup> Na Fazenda Vitor Dumas (Santa Cruz) os “moradores resistem”, era o que o jornal noticiava em maio daquele mesmo ano, apesar das constantes violências praticadas por pretensos proprietários contra “lavradores”, “operários” e “comerciários”.<sup>42</sup> “Resistiram bravamente os posseiros”, foi o que teria acontecido em Pedra de Guaratiba, onde uma “arapuca imobiliária” estava sendo posta em prática pelo “grileiro” Pedro Moacir com a ajuda da polícia.<sup>43</sup>



**Fazendo uma boquinha. O Cavaleiro da Esperança degustando um formidável banquete. O “Manifesto de Agosto” sucumbia sob o peso das grandes alianças costuradas por seus dirigentes com outras forças políticas que nada tinham com qualquer revolução social. O PCB buscava um melhor assento à mesa da política brasileira.**

**Fonte: Última Hora, 03/01/1959. Arquivo Público de São Paulo.**

Ao mesmo tempo, o partido era levado dia após dia a discutir temas que ganhavam repercussão crescente no cenário político e que já eram objeto de discussão por parte de forças políticas que rivalizavam com ele junto aos trabalhadores.<sup>44</sup> Esse foi o caso da exploração de petróleo no início da década de 1950. As bandeiras de luta do PCB passarão a partir desse momento a girar em torno de questões do desenvolvimento nacional e novamente se cogitará da eficácia de lutar pelas transformações sociais pela via institucional.

<sup>41</sup> *Imprensa Popular*, 28/08/1952. p. 1.

<sup>42</sup> *Imprensa Popular*, 22/05/1952. p. 4.

<sup>43</sup> *Imprensa Popular*, 11/04/1953. p. 8.

<sup>44</sup> CARONE, Edgar. Op. cit., p.7.

Verificamos então um esforço do PCB em articular as suas bandeiras de luta com a dos lavradores do Sertão Carioca. O *Imprensa Popular* procurava exaltar em suas páginas os eventos dos lavradores que confirmassem isso. Num deles, o jornal afirmava ter sido “coroadada de pleno êxito” a confraternização de lavradores da Baixada Fluminense e do Sertão Carioca em prol da nacionalização de “nosso” petróleo.<sup>45</sup>

O *Imprensa Popular* tentava mostrar que os rumos que os lavradores do Sertão Carioca davam as suas vidas pareciam estar inarredavelmente associadas à eficácia das doutrinas sancionadas pelo PCB. É como se os líderes comunistas na medida em que zelassem pela sua organização - “extirpando” inclusive tendências internas maléficas - estivessem zelando pelo bem-estar (teórico e prático) dos lavradores cariocas. É o que se depreende da matéria intitulada “Provocador crispinista no Sertão Carioca”, em que somos informados que

Foi trazido ao conhecimento deste jornal que o advogado Ismar Alves Rodrigues vem tentando se ligar aos camponeses e pequenos proprietários de terra do Sertão Carioca, fazendo junto aos mesmos um criminoso trabalho de divisão e ao mesmo tempo de aliciamento para o bando de aventureiros e traidores chefiados por José Maria Crispim.

Ao que tudo indica era o caso de um daqueles abnegados advogados que prestavam assistência jurídica aos lavradores, e que devia ter tido algum tipo de “discordância” com a linha do PCB, daí que sua atuação fosse considerada um tanto “criminososa”. Mas os lavradores podiam ficar despreocupados, pois o partido já sabia como proceder frente a “elementos” tão “nocivos”. José Crispim que o diga:

Aquele indivíduo, expulso das fileiras do Partido Comunista do Brasil, por traição e fracionismo, é elemento nocivo que não pode merecer a confiança dos trabalhadores rurais cariocas, muito menos das suas organizações de luta por suas reivindicações. A ação do citado elemento deve ser tomada como perniciosa, tanto mais porque se trata de pessoa ligada à reação, aos inimigos do povo e ao grupo de policiais expulsos das fileiras do Partido Comunista.

Chamamos, assim, a atenção dos Lavradores e pequenos proprietários a se prevenirem, resguardando suas organizações contra a infiltração do traidor Ismar Alves, repelindo-o como sabujo provocador e inimigos.<sup>46</sup>

E o PCB e seus dirigentes talvez fossem, segundo o próprio *Imprensa Popular*, o maior aliado que os lavradores cariocas poderiam ter.

Com a realização do IV Congresso (dezembro/54-fevereiro/55) a linha do “Manifesto” seria em grande parte ratificada. Porém os comunistas fariam a revisão crítica de algumas posições assumidas no “Manifesto de Agosto”. Acreditavam, por exemplo, que as lutas camponesas dirigidas pelo partido só não tinham sido maiores devido às tendências sectárias consagrada pelo “Manifesto”. Para alguns membros do Partido parecia ser suficiente corrigir algumas daquelas tendências para que, aí sim, o PCB fizesse irromper a revolução no campo. O testemunho de Oto

---

<sup>45</sup> *Imprensa Popular*, 11/12/53, p.6.

<sup>46</sup> *Imprensa Popular*, 31/03/53, p. 5.

Santos confirma essa tendência que nascia no Partido:

Corrigindo as tendências sectárias, particularmente sob a inspiração do atual Programa do Partido, temos avançado e obtido importantes êxitos na conquista das massas camponesas e na luta pela formação da aliança operário-camponesa.<sup>47</sup>

Mas ao mesmo tempo que o PCB ainda conservava alguns elementos de radicalidade, ele começava a ensaiar soluções mais moderadas. No seu programa para o campo, o partido defenderia a necessidade de “trabalhar com todos os camponeses, inclusive com os camponeses ricos”. O que implicava na introdução de um novo princípio programático pelo Partido: a não confiscação de capitais e encampação de empresas da burguesia nacional. Com isso, o Partido começa a ensaiar uma tese (com claros ecos da Linha de União Nacional de 1945) de aliança com esta burguesia para efetivar a revolução democrática e nacional libertadora.<sup>48</sup> No plano político, o partido voltaria a atuar nos sindicatos e compor alianças político-eleitorais, principalmente com o PTB. Presente numa Convenção deste em 1955, Prestes apelaria para a união entre os dois partidos, o que segundo ele “traduziria os anseios de operários e camponeses”, até porque “juntos, temos lutado enfim, trabalhistas e comunistas, em defesa dos sindicatos, da previdência social, da legislação trabalhista, em defesa das liberdades e da Constituição, contra as ameaças de golpes de Estado e militares”.<sup>49</sup>



**Prestes na Associação Brasileira de Imprensa em fins da década de 50, talvez tentando explicar – para muitos - o inexplicável: a aliança com os trabalhistas. Fonte: *Última Hora*, 30/03/1959. Arquivo Público de São Paulo.**

Em termos concretos o apoio político mais importante foi a declaração de voto dos

---

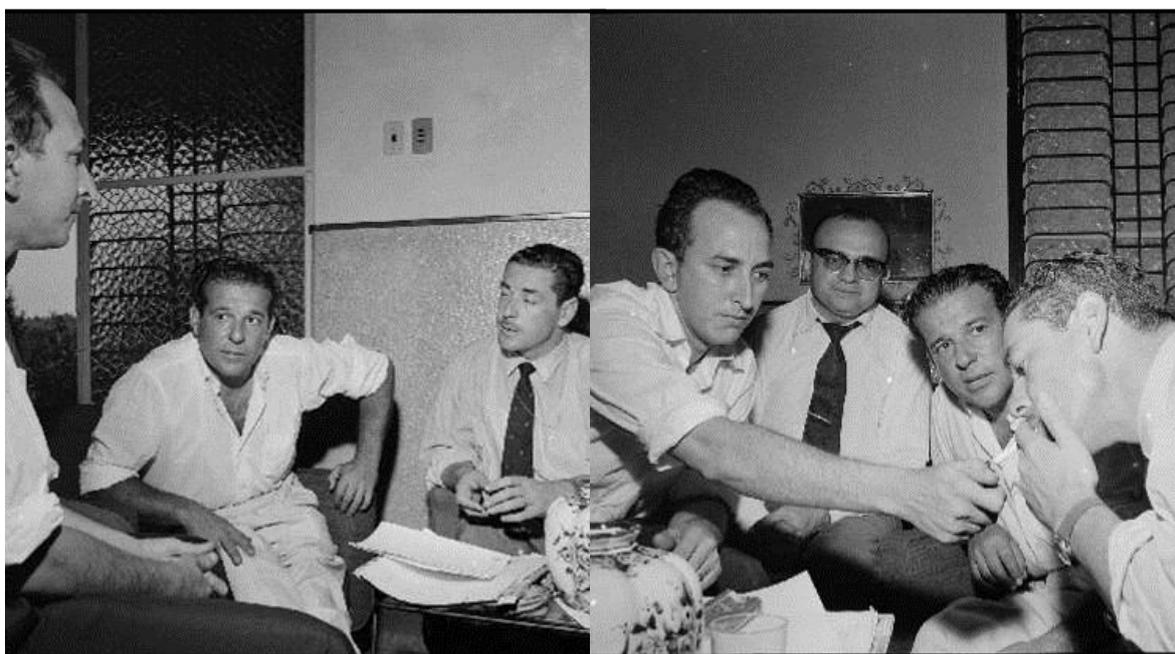
<sup>47</sup> SANTOS, Oto. op. cit., p. 48.

<sup>48</sup> MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981. pp.83-4.

<sup>49</sup> “Prestes dirige-se a Convenção do P.T.B”, In: *Problemas*, maio-junho/1955, nº 67. p. 6.

comunistas a favor da chapa Juscelino-Jango nas eleições de 55.<sup>50</sup>

Os zigue-zagues na orientação-política do PCB se refletirão, como não poderia deixar de ser, na cobertura da imprensa comunista sobre o Sertão Carioca. De um lado, procurarão tornar evidente uma suposta relação de irmandade entre o programa do partido e as reivindicações dos lavradores. Afiançava o vereador comunista Henrique Miranda: “- O programa do PCB é também dos lavradores”.<sup>51</sup> De outro, o jornal destacará todas as iniciativas que deponham a favor das alianças políticas estabelecidas com outros partidos. Em uma delas, o *Imprensa Popular* faria questão de destacar a boa acolhida que deputados do PTB ofereceram a uma comissão de lavradores que tinha ido à câmara federal.<sup>52</sup> Em outra, o jornal publica um telegrama que a Associação de Lavradores de Guaratiba teria enviado ao presidente Juscelino “pela defesa de nossos minerais atômicos”.<sup>53</sup>



**Aqui vemos três dos principais nomes do maior adversário do PCB no campo das esquerdas – o Partido Trabalhista Brasileiro. Da esquerda para a direita, Roberto Silveira, João Goulart e Leonel Brizola, botando o papo em dia após visita ao túmulo de Getúlio Vargas em São Borja. Fonte: *Última Hora*, 28/01/1959. Arquivo Público de São Paulo.**

---

<sup>50</sup> Ainda segundo Prestes, os comunistas se aliariam também ao PTN e ao PRT e “dependendo da situação local até mesmo com o PSD e UDN” – “A posição do Partido na sucessão presidencial”, **Problemas**, agosto/1955, nº 69, pp. 21-2. Uma visão crítica dessa postura pode ser encontrada em PRADO Jr, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

<sup>51</sup> *Imprensa Popular*, 10/08/54, p.2.

<sup>52</sup> *Imprensa Popular*, 02/06/56.

<sup>53</sup> *Imprensa Popular*, 06/11/56.

A política de alianças do PCB seria finalmente oficializada com a “Declaração política” de 1958. Esta, por sinal, representaria uma reformulação quase total da linha adotada no “Manifesto de Agosto”. O PCB entendia que o Estado brasileiro não era ocupado somente por latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo norte-americano, mas também ocupado por uma burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. A principal decorrência desse tipo de diagnóstico era de que a revolução brasileira não podia se dar através da imediata liquidação do regime econômico-social existente, mas somente mediante a gradual acumulação de reformas profundas dentro do atual regime, ou seja, o alargamento cada vez maior da legalidade democrática que seria viabilizada somente com a constituição de uma “Frente Única”. O PCB sinalizava a partir daí que seus esforços estariam concentrados para as ações de cunho parlamentar, especialmente as que dissessem respeito às “reformas democráticas” da Constituição de 1946.<sup>54</sup> Se já em 1954 o papel das alianças políticas ganhava relevo, neste momento, em que as vitórias no campo eleitoral passam a ser consideradas como mais relevante do que as ações extra-parlamentares, o PCB não hesitará em consolidar e ampliar suas alianças (ou “concessões ideológicas” para alguns<sup>55</sup>), até mesmo com a incorporação de forças políticas antes tidas como conservadoras, casos de partidos como o PSD e PSP<sup>56</sup>, e líderes políticos como Tenório Cavalcanti e Ademar de Barros.

No entanto, a ligação mais intensa se dá, sem dúvida, com o PTB. A identidade entre os dois partidos não ficaria restrito ao plano estratégico-eleitoral, mas também se expressaria no plano ideológico. Passa a ser difícil distinguir o discurso e o projeto de cada um. Quanto à questão agrária, por exemplo, os comunistas demonstram ter uma visão sobre os problemas do campo bem semelhante à exposta no projeto de reforma agrária do deputado petebista Fernando Ferrari. Não seria à toa que a cobertura feita pela imprensa comunista da I Conferência dos lavradores do Distrito Federal, destacaria que os organizadores do evento se dispuseram a convidar para o “conclave” diversos deputados, senadores, autoridades, “particularmente o deputado Fernando Ferrari, autor do projeto de Reforma Agrária que tramita[va] na Câmara Federal, base de toda a discussão”.<sup>57</sup> O jornal destacava também a presença de “considerável número de lavradores” e de “diversos” deputados, sendo que estes diversos eram todos do PTB.<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. op. cit., p.428.

<sup>55</sup> Segundo Maurício Grabois – que seria mais tarde um dos criadores do PC do B –, a “Declaração de março” era a oficialização da defesa por parte do partido de “uma linha oportunista de direita”, **Novos Rumos**, “seção tribuna de debates”, 22-28/04/1959. p. 2.

<sup>56</sup> Respectivamente Partido Social Democrático e Partido Social Popular.

<sup>57</sup> *Imprensa Popular*, 19/03/58, p.4.

<sup>58</sup> *Imprensa Popular*, 26/04/58, p.1.

### Novos Rumos

Curiosamente, uma das conseqüências da mudança de linha programática sancionada pela “Declaração de março” foi a substituição do diário *Imprensa Popular* pelo semanário *Novos Rumos* em 1959. Com este nome, a direção do partido visava mostrar para o público que as “concepções dogmáticas” do “Manifesto” tinham ficado para trás, a preocupação a partir de então era que o partido pudesse rumar por um caminho pacífico para a conquista de um “regime nacional-democrático”.<sup>59</sup>

Pouco tempo depois, o V Congresso de 1960 ratificaria a “Declaração” de 1958. As formas de luta para o partido deveriam ser: a) conquista de reformas econômicas e políticas no quadro do atual regime; b) revolução antiimperialista e antifeudal por um caminho pacífico. Formalizava-se a ênfase na ação legal, devendo o partido influir na composição do poder legislativo em seus diversos âmbitos. Introduzia-se um ponto novo: em vez de um projeto de “governo democrático de libertação nacional”, falava-se agora de um “governo nacionalista e democrático” de modo a atrair as diversas correntes dos setores trabalhistas e nacionalistas. O PCB deixava claro que sua política de aliança não mais faria distinção entre forças de direita ou esquerda, revolucionárias ou conservadoras. Prova maior seria o apoio entusiástico ao “ex”-anticomunista e “nacionalista” Marechal Lott nas eleições presidenciais de 1960, ao lado do trabalhista João Goulart.<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> MORAES, Dênis de. Op. cit., pp. 69-70.

<sup>60</sup> Segundo Paul Singer, “Lott, apoiado pela esquerda, pautou seus pronunciamentos por um anti-comunismo extremado, que lhe alienava as simpatias das massas urbanas sem lhe granjear apoio nas áreas conservadoras”. Apud BARROS, Edgar Luiz de. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Contexto, 1992.p. 55.



**Jango com o nacionalista e anti-comunista Marechal Lott. União que se mostrou tensa, difícil e até constrangedora. O desconforto do herdeiro de Vargas na poltrona do antigo “caçador” de comunistas era o menor dos problemas nessa relação. Mas o fato dessa aliança ser festejada pela imprensa comunista demonstra o quanto o “Manifesto de Agosto” tinha sido proscrito pela própria cúpula pecebista. Os acordos eleitorais tomavam o lugar dos princípios. Fonte: *Última Hora*, 26/11/1960. Arquivo Público de São Paulo.**

Muito envolvida nesta campanha, a imprensa comunista procurou mostrar que esse entusiasmo por Lott não se restringia ao partido. Os eventos de lavradores do Sertão Carioca que contavam com a colaboração dos comunistas acabavam servindo de “palanque” para a propaganda de seus candidatos. Numa assembléia de lavradores de Campo Grande e Guaratiba, que tinha como temas a violência empregada por grileiros e policiais, e a recusa do então secretário de abastecimento em conceder carteira de feirante àqueles lavradores, a imprensa comunista destaca a solicitude da assessora para assuntos sindicais de João Goulart, Elza Soares Ribeiro, que teria oferecido ajuda aos lavradores. Seria dado destaque também para a presença de um coronel do comitê de campanha do Marechal Lott, que aproveitando o ensejo pediu aos presentes para que votassem em seu candidato.<sup>61</sup>

Mas ainda havia algumas forças conservadoras cuja aliança ou parceria era tida como inviável para o PCB. Uma delas era a União Democrática Nacional (UDN), especialmente a sua liderança maior – Carlos Lacerda. Era esta a figura a ser combatida, talvez o principal adversário político do PCB no âmbito do estado da Guanabara. A ele seriam dirigidos a partir do início da década de 60 os

---

<sup>61</sup> *Novos Rumos*, 18-24/12/59, p.11.

principais e mais intensos ataques, mais até do que ao “império ianque”. Lacerda seria responsabilizado por todos os infortúnios vividos pela população carioca e o *Novos Rumos* (novo nome do jornal do PCB) tentava demonstrá-lo seja através de editoriais e reportagens ou de pequenas “homenagens”, como a que foi concedida na forma de uma música de autoria de Sarandy, leitor assíduo do jornal:

Nas eleições  
quanto potoca,  
mil ilusões  
pro carioca

Hoje está vendo  
o tempo perdeu,  
e está sofrendo  
quem te elegeu

A água sumiu  
o “bicho” rendeu, o povo sentiu  
e se arrependeu

Ao progresso  
sois um estorvo,  
filho da Esso  
maldito Corvo

Ódio da farda  
é tua sina  
o rio da guarda  
virou piscina  
ódios internos  
ódios antigos  
crias infernos  
mata-mendigos .<sup>62</sup>

Revista  
CONVERGÊNCIA  
CRÍTICA

As notícias sobre violências e crimes cometidos por grileiros contra lavradores cariocas seriam usadas pela imprensa comunista como um instrumento de afirmação do seu antagonismo em relação a Lacerda. Todos os problemas e desventuras sofridas pelo lavrador do Sertão Carioca eram, no final das contas, colocados na conta do “corvo da rua do Lavradio”,<sup>63</sup> que agiria mancomunado com as companhias imobiliárias no crescente processo de especulação das terras da zona rural do Estado da Guanabara.

---

<sup>62</sup> *Novos Rumos*, 06-12/09/63, p.6.

<sup>63</sup> Esta era a rua onde se localiza até hoje o *Tribuna da Imprensa*, na época de propriedade de Lacerda.



O Partido e seus homens (e muitas mulheres também). Mais do que adversários, eles eram vistos pela imprensa comunista como os grandes inimigos do PCB: UDN e Carlos Lacerda – sem dúvida, o principal nome do partido. À esquerda, convenção dos udenistas no Palácio Tiradentes e à direita, o “Corvo do Lavradio” no início da década de 50. Fonte: *Última Hora*, 08/11/1959 e 20/07/1953. Arquivo Público de São Paulo.

## Revista

Exemplo disso foi a destruição das hortas de cem lavradores em Jacarépaguá por parte de policiais da vigilância sanitária. Sob o título “Polícia de Lacerda protege a ‘saúde da light’”, o *Novos Rumos* desvendaria os verdadeiros motivos “da invasão destruidora, com tôda a sua truculência de tipo fascista” da polícia. Carlos Lacerda teria alegado que a destruição das hortas tinha se dado em função de preocupações com a higiene e a saúde da população, já que as hortas seriam regadas com águas de um riacho contaminado. Na verdade, revelava o *Novos Rumos*, as terras pertenceriam à Rio Light S.A., que estaria disposta a expulsar os lavradores para poder alugar os lotes agrícolas a uma companhia imobiliária:

É simplesmente o aumento do lucro imobiliário que o sr. Lacerda favoreceu, ao iniciar, na prática, a expulsão dos lavradores das terras da ‘Light’, destruindo suas plantações sem a menor indenização e sem qualquer informação aos lavradores sôbre seu futuro (...).

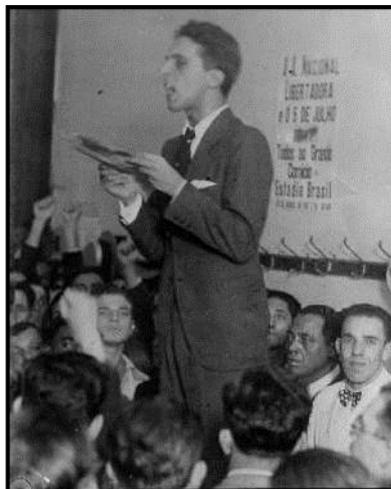
Talvez agora se torne mais compreensível porque tão grande número de escritórios eleitorais do sr. Lacerda localizava-se nos térreos de edifícios em construção.<sup>64</sup>

Meses depois a polícia de Lacerda voltaria a “assinar ponto no sertão guanabarinó”. Tal como em Jacarépaguá, aquele mobilizaria a polícia em Campo Grande para atender aos “negros propósitos” dos “tubarões de terra” numa nova “empreitada sinistra”:

Cenas difíceis de se supor que ocorressem em longínquos rincões do interior, onde o coronelismo e o latifúndio impõem sua vontade, acontecem a menos de hora e meia de ônibus do centro do RJ. (...) com o conhecimento e a aprovação tácita do governador – (...) o aparelho policial se presta a violentar primários direitos de cidadãos pacatos, de quais não

<sup>64</sup> *Novos Rumos*, 10-16/02/61, p. 6.

se conhece outra atitude que não o do trabalho, penoso e diuturno.<sup>65</sup>



Vemos aqui Carlos Lacerda em diferentes momentos de sua trajetória. Neste flagrante o então integrante da Juventude Comunista pronuncia acalorado discurso em favor da Aliança Nacional Libertadora em 1935.

Fonte: *Última Hora*, 10/03/1954. Arquivo Público de São Paulo.



Lacerda num dos lugares mais visitados por ele em vida, depois do Palácio Tiradentes: o Tribunal de Justiça do Rio – na maior parte das vezes como réu. Fonte: *Última Hora*, 26/07/1954.

Arquivo Público de São Paulo.

---

<sup>65</sup> *Novos Rumos*, 11-17/08/61, pp. 1 e 6.



Aqui, pouco tempo depois do atentado da Rua Toneleros. Fonte: *Última Hora*. 06/08/1954. Arquivo Público de São Paulo.



Como que celebrando as grandes vitórias políticas de meados de 50, o udenista se deleita com o show “Nós os Gatos”, comandado por Pixinguinha, na boate Casablanca no Rio. Fonte: *Última Hora*, 27/05/1955. Arquivo Público de São Paulo.

Em que pese o fato do PCB ter lançado mão de procedimentos que visavam adequar as notícias sobre os conflitos de terra com os seus programas políticos e ideológicos, não é menos importante assinalar que essa mesma imprensa contribuiu para que os lavradores do Sertão Carioca levassem ao conhecimento de amplas parcelas da sociedade os seus problemas, as violências de que eram vítimas, as suas reivindicações, suas propostas etc. Fazendo com que a luta desses lavradores

ganhasse legitimidade e algum tipo de reconhecimento no cenário político da cidade do Rio de Janeiro. E mesmo considerando que a mediação do PCB trazia com ela problemas de adaptação e entrosamento entre reivindicações e demandas que seriam especificamente do partido e aquelas que seriam a dos lavradores, considerando ainda as tentativas de manipulação e deturpação de aspectos da luta dos lavradores pelos comunistas, é preciso reconhecer que esta mesma mediação possibilitou aos lavradores a produção de novas concepções sobre o seu lugar no cenário político e conferiu visibilidade a muitas de suas demandas por direitos.<sup>66</sup> E foi esta mediação, que nada teve de “pura” – assim como qualquer mediação histórica e concreta, que por isso, é sempre contraditória -, que proporcionou aos lavradores a possibilidade de socializarem experiências vivenciadas no âmbito de suas organizações, através das quais elaboravam novas formas de percepção de sua situação, construíam laços de identidade e solidariedade com outros agentes e formulavam novas perspectivas de vida para além do local em que viviam. Por meio da ação do PCB os lavradores cariocas conseguiram, para surpresa de muitos – inclusive comunistas – se afirmar como um grupo social capaz de se fazer ver, ouvir e, por isso, ser reconhecido no e pelo cenário político do Distrito Federal.

Revista  
**CONVERGÊNCIA**  
**CRÍTICA**

---

<sup>66</sup> MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. “Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60”. In: *História do Marxismo*, vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. pp. 240-1.





Não por acaso, a linha do Manifesto de Agosto daria ensejo a uma expressiva aproximação com os referenciais da Revolução Chinesa. Esta era, sem dúvida, a grande inspiração dos Exércitos de Libertação Nacional propugnados pelos pecebistas. Fonte: *Classe Operária*, 01/09/1951. p. 1. Fonte: AMORJ.

Manchetes sobre os conflitos de terra e a atuação dos comunistas no Sertão Carioca

**GRANDE ASSEMBLEIA  
de camponeses em Jacarepaguá**

Amanhã, às 16 horas, em sua sede, à Avenida Gernmário Dantas, 713, (Largo da Pechincha) em Jacarepaguá, realizar-se-á uma grande assembleia de camponeses, que discutirão vários assuntos de interesse imediato para todos os pequenos lavradores do Distrito.

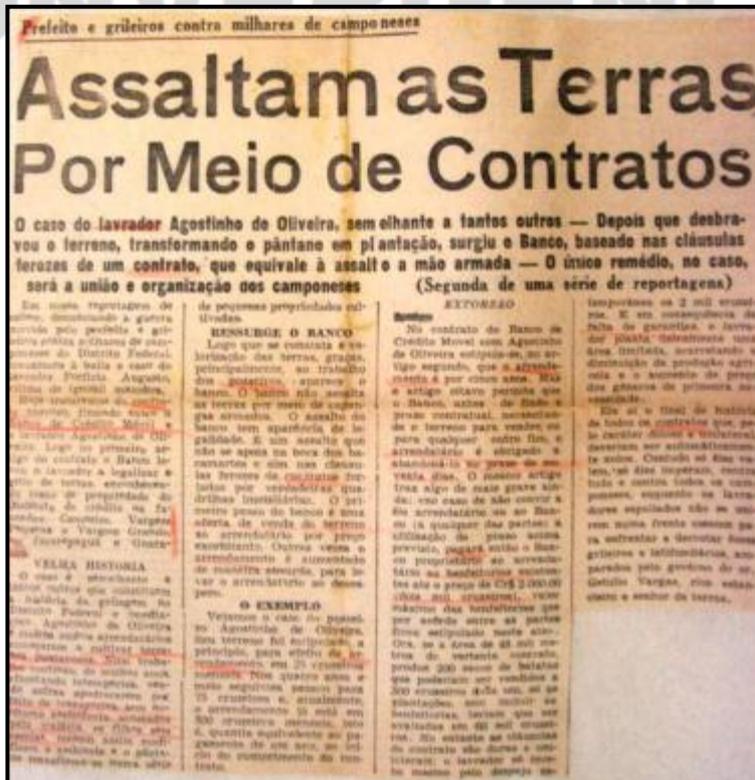
Os camponeses irão discutir a regulamentação do crédito de 50 milhões de cruzeiros que a Prefeitura destinou a empréstimos aos lavradores para incremento da agricultura do Distrito. Será também considerada a questão das terras devolutas de Jacarepaguá e o golpe que os tubarões do monopólio da terra querem assestar contra o povo, apropriando-se dos terrenos que estavam com o Serviço da Turfa e hoje sob a direção do Ministério da Agricultura. A essa grande assembleia comparecerão vereadores e advogados que ouvirão dos camponeses a respeito das suas mais sentidas reivindicações.

*Classe Operária*, 01/03/1947. p. 1.





Imprensa Popular, 18/2/1954, p. 7



Imprensa Popular, 19/02/1954.



Imprensa Popular, 21/02/1954, p. 7.

# CONVERGÊNCIA



Novos Rumos, 06/11/1963. p. 1.

## Bibliografia:

BRASIL. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1940.

- BARROS, Edgar Luiz de. *O Brasil de 1945 a 1964*. São Paulo: Contexto, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. “O campo político”, *In: O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CHAMPAGNE, Patrick. “Manifestation: la Production de l’évenement politique”, *In: Actes de la Recherche*. Paris, nº 52/53, junho de 1984.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho. “Prática política no campo: uma experiência da militância comunista – Entrevista: Nazareno Ciavatta”. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, nº 5, novembro de 1995.
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa*. A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- GARCIA, Luiz. *O Globo*. Manual de redação e estilo. São Paulo: Globo, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* – vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRYNSZPAN, Mário. “Luta política, gênese de atores e reconfiguração do espaço”, *In: Tempo*, Niterói, v. 6, nº 12, dezembro/2001.
- HOBSBAWM, Eric. “Os camponeses e a política”, *In: Pessoas extraordinárias – Resistência, Rebelião e Jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LEANDRO, José. *Depoimento*. Fortaleza: s/ ed., 1988.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. “Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60”. *In: História do Marxismo*, vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- MORAES, Dênis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.
- PRADO Jr, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros”, *In: MORAES, João Quartim de & REIS FILHO, Daniel Aarão. História do marxismo no Brasil*, vol. I. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os Dirigentes e a Organização”, *In: História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, volume 3. São Paulo: Difel, 1986.
- SANCHES, Luiz Elias. *Lyndolpho Silva*. Biografia de uma militância. Itaguaí, Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, CPDA/ UFRRJ, 2000.
- SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um Sertão entre tantas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2005.
- SANTOS, Oto. “O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses (1954)”. *In: SANTOS, R. (org.). Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: EDUR, 1996.
- WELCH, Cliff e GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.